



**ACÓRDÃO Nº1289/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11499/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Maria Leonide de Oliveira Brandão (Ordenador de Despesa), Edson dos Anjos Ramos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luciana da Silva Ramos - OAB/AM 9.514.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3647/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a prestação de contas anual da **Sra. Maria Leonilde de Oliveira Brandão** (gestão de 10/10/2017 a 31/12/2017) e do **Sr. Edson dos Anjos Ramos** (gestão de 01/01/2017 a 09/10/2017), exercício de 2017, na qualidade de Diretores Gerais do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Leste e respectivos ordenadores de despesas, com fulcro no artigo 22, III, “b”, da Lei Estadual n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades descritas na Proposta de Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Maria Leonide de Oliveira Brandão** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência dos atos praticados com grave infração às normas legais, conforme já fundamentado na Proposta de Voto (restrições n.ºs: 4, 6 e 7 elencadas do Relatório Conclusivo da DICAD) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio



**ACÓRDÃO Nº1289/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Edson dos Anjos Ramos** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência dos atos praticados com grave infração às normas legais, conforme já fundamentado na Proposta de Voto (restrições n.ºs: 4, 6 e 7 elencadas do Relatório Conclusivo da DICAD) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.4. Determinar à Origem**, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

**10.4.1.** Faça constar em todas as Pastas Funcionais as declarações de bens do Diretor, Vice Diretor, e todos os servidores com Cargos Comissionados;

**10.4.2.** Efetue maior controle de seu Patrimônio e na elaboração de todos os dados no Inventário dos Bens Patrimoniais;

**10.4.3.** Observe o determinado nos art. 2º, 24, 25 e 26 da Lei federal nº 8.666/93, para compras e/ou serviços que poderiam ser realizados de uma só vez, contrariando o art. 24, inciso II, do mesmo diploma Legal;

**10.4.4.** Observe o determinado no inciso II do art. 24 da Lei federal nº 8.666/1993, nas contratações sem licitações e sem cobertura contratual;



**ACÓRDÃO Nº1289/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.5. Determinar à Comissão de Inspeção** para que nas próximas inspeções:

**10.5.1.** Verifique o cumprimento das exigências contidas nos artigos 92 e 94 da Lei federal nº 4.320/64;

**10.5.2.** Acompanhe o cumprimento das determinações proferidas na Proposta de Voto.

**10.6. Dar ciência à Controladoria Geral do Estado - CGE** a respeito das irregularidades indicadas na Proposta de Voto, para que apure e quantifique o possível dano ao erário, bem como imputação das sanções cabíveis aos responsáveis;

**10.7. Dar ciência ao Ministério Público do Estado do Amazonas** para apuração de possíveis ilícitos cíveis e criminais pertinentes objeto da Prestação de Contas.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Dezembro de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral